

Publique O Que Paga

DECLARAÇÃO DE MISSÃO

Uma campanha global para a Transparência das Receitas nas indústrias de petróleo, gás e mineração

Não obstante os biliões de dólares de receitas recebidos do petróleo, do gás e da extracção de minério, os cidadãos de mais de 50 países ricos em recursos naturais(1) em todo o mundo continuam mergulhados em pobreza. Se os governos gerissem estas receitas de forma transparente e eficaz, estas poderiam contribuir para o êxito do crescimento da economia e para reduzir a pobreza. Porém, isto parece ser mais a excepção do que a regra.

Os governos e outras instituições que gerem estes recursos costumam ser fracos e, na prática, não têm de prestar contas aos parlamentos e cidadãos dos seus países. Muitos países ricos em recursos são cleptocracias cujos responsáveis governam pela força para espoliar as receitas da extracção de recursos naturais. O sector extractivo está associado a elevados níveis de corrupção (2). Por vezes, as empresas petrolíferas e mineiras estão implicadas em práticas de corrupção (p. ex., pagamento de subornos), para obterem contratos ou exercerem influência junto de autoridades públicas. É muito frequente, as receitas da extracção de recursos não serem divulgadas pelos governos ou empresas envolvidas e, em alguns casos, essa informação é segredo de Estado. Esta falta de responsabilização facilita o desvio de fundos, a corrupção e a utilização indevida das receitas. Em casos extremos, o acesso aos recursos pode dar azo e estimular os conflitos nacionais e regionais, enfraquecendo ainda mais os governos e as instituições. Esta desordem é aproveitada para facilitar uma apropriação indevida em larga escala dos bens estatais.

A POQP insta a empresas a “publicarem o que pagam” e os governos a “publicarem o que ganham”, como primeira medida indispensável para uma gestão mais responsável das receitas dos recursos naturais. Se as empresas divulgarem o que pagam e os governos divulgarem o que recebem dessas receitas, neste caso, os membros da sociedade civil nos países ricos em recursos naturais terão a oportunidade de comparar ambos os dados e responsabilizar os seus governos pela gestão desta inestimável fonte de receitas. A transparência das receitas ajudará também os grupos da sociedade civil a trabalhar face a um debate democrático sobre a utilização e a atribuição efectiva das receitas dos recursos e das finanças públicas, para estabelecer os objectivos de desenvolvimento, melhorar os serviços públicos e redistribuir o rendimento.

As empresas do sector mineiro, petrolífero e do gás não podem controlar a forma como os governos gastam os impostos, os royalties e as taxas. Porém, devem ter a responsabilidade de divulgar os pagamentos que fazem, para que os cidadãos possam

Publique O Que Paga

responsabilizar os seus governos. As empresas que assim não procederem, são cúmplices na privação de poder da população dos países a que os recursos pertencem. A transparência irá fortalecer o aspecto social das empresas com “licenças para operar”, demonstrando a sua contribuição económica para a sociedade e aumentar a probabilidade de as receitas que pagam aos governos serem utilizadas para o desenvolvimento sustentável – criando assim um ambiente empresarial estável – em vez de serem consumidas ou desviadas pela corrupção, o que agrava as divisões sociais e poderá conduzir a situações débeis e instáveis e ao conflito.

Hoje em dia, existe um amplo consenso internacional a favor de uma maior transparência no sector extractivo como o demonstra, por exemplo, o enorme apoio de governos, empresas, investidores, instituições financeiras e da sociedade civil em relação à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) (3). A exigência de divulgação de pagamentos e receitas é consistente com o referido consenso e pode ser executada de forma simples e ajustamentos lógicos na actual lei das sociedades comerciais, normas de contabilidade, regras de publicidade da bolsa e as condições de empréstimos de instituições financeiras internacionais, bancos de desenvolvimento regional, agências de crédito à exportação e bancos privados.

Nesta conformidade, a coligação Publique o Que Paga apela:

- **Às empresas extractivas multinacionais, privadas e públicas** para que publiquem um valor líquido para todos os tipos de pagamentos (royalties, impostos, bónus, etc.) pagos aos governos, em todos os países onde operam e que nos seus balanços financeiros anuais divulguem a que nível governamental estes pagamentos são efectuados;
- **Aos governos dos países ricos em recursos naturais** para que:
 1. Exijam a divulgação dos pagamentos efectuados por todas as empresas extractivas que operam no seu território, com uma distribuição por empresa e tipos de pagamento;
 2. “Publiquem o que ganham”, por exemplo, divulguem integralmente as receitas provenientes da extracção de recursos naturais;
 3. Procedam a auditorias e verificações independentes a estas informações em conformidade com as melhores práticas internacionais. Isto pode ser concretizado através da implementação completa da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas e do cumprimento dos códigos e das normas internacionais como o Guia do FMI para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais;
 4. Implementem os mecanismos para o relato dos pagamentos e receitas a nível infranacional.
- 1. Estabeleçam processos orçamentais abertos, participativos e transparentes a nível nacional, regional e local, para consultas com a sociedade civil sobre a

Publique O Que Paga

distribuição e gestão eficazes das receitas provenientes da extracção de recursos naturais e sobre as finanças públicas, no sentido de promover um desenvolvimento económico e social mais amplo;

- **Aos governos dos países da OCDE**, para que exijam a divulgação por país, dos pagamentos de todas as indústrias extractivas registadas ou cotadas nos mercados financeiros dos seus países;
- **Às instituições financeiras bilaterais e multilaterais**, entre elas o Grupo do Banco Mundial, FMI, bancos de desenvolvimento regional, agências de crédito à exportação e bancos privados, para que exijam às empresas extractivas o cumprimento dos requisitos da POQP sobre a transparência dos pagamentos como condição prévia para qualquer apoio a projectos, e aos governos para que implementem um sistema de funcionamento independente de contabilização e fiscalização das receitas recebidas das indústrias extractivas, em contrapartida da ajuda não humanitária/não urgente ao desenvolvimento, apoio técnico e financeiro;
- **Às organizações doadoras**, para que promovam o reconhecimento de plenos poderes e o reforço das capacidades das organizações da sociedade civil nos países ricos em recursos naturais, no sentido de os cidadãos serem autorizados a responsabilizar os seus governos pela gestão e pelos gastos das receitas recebidas das indústrias extractivas.

Para além destas medidas, as seguintes:

- As empresas extractivas e as autoridades locais deverão divulgar as informações sobre os investimentos sociais e os pagamentos aos orçamentos locais efectuados pelas empresas extractivas. Estes pagamentos e investimentos podem ser factores importantes de desenvolvimento sustentável social e económico e, deste modo, o público deveria estar envolvido no processo de gestão destas receitas;
- Promover a plena responsabilização das empresas e dos governos na gestão das receitas dos recursos naturais, exigimos também que a divulgação pública dos contratos das indústrias extractivas e dos procedimentos de licenciamento seja realizada com transparência e em conformidade com as melhores práticas internacionais. Tendo em conta que, em regra geral, os contratos incluem calendários, fórmulas e outros factores determinantes dos potenciais fluxos de receitas do governo (tais como acordos de partilha de receitas, impostos, *royalties*, bónus, benefícios sociais, etc., e eventuais isenções aplicáveis aos mesmos), o cumprimento do direito do público a ter acesso a estes contratos (com excepção de quaisquer disposições cujas informações comerciais sejam genuinamente confidenciais) ajudará a informar os cidadãos sobre os montantes

Publique O Que Paga

que o seu governo deverá receber da extracção dos recursos naturais, e depois poderem ser comparados com os montantes que o governo efectivamente recebe. A transparência dos contratos pode, assim, ajudar a sociedade civil a saber se os governos celebraram contratos com projectos do sector extractivo que são do interesse público e também se as receitas prometidas são de facto concretizadas.

A promoção da transparência das receitas e dos contratos do sector extractivo representa um primeiro passo fundamental para reduzir e atenuar a pobreza dos cidadãos em muitos países em desenvolvimento ricos em recursos naturais em todo o mundo. Isto é inteiramente consistente com os objectivos internacionalmente acordados sobre boa governação, prevenção da corrupção, responsabilização empresarial e desenvolvimento sustentável. Esta transparência responde ao interesse superior de todos os interessados – cidadãos, empresas, governos e comunidade internacional em geral – e, por isso, apelamos a todos os intervenientes que desempenhem o seu papel para a tornar numa realidade.

Junho de 2007

Notas

- 1. A definição de um país “rico em recursos” é extraída do “Guia para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais” do FMI. Um país é classificado com base no cumprimento dos seguintes critérios: (i) uma contribuição média das receitas fiscais procedentes de hidrocarbonetos e/ou minérios de pelo menos 25 por cento do total das receitas fiscais durante o período de 2000-2005, ou (ii) uma contribuição média das receitas de exportação de hidrocarbonetos e/ou minérios, no total da receita de exportação de pelo menos 25 por cento durante o período de 2000-2005. <http://www.imf.org/external/np/pp/2007/eng/051507g.pdf>
- 2. De acordo com o Índice *Transparency International Bribe Payers* (2008), as indústrias do Petróleo/Gás e Mineiras são classificadas em 3º e 5º lugar, respectivamente, em termos de probabilidade de as autoridades públicas exigirem ou aceitarem subornos (p. ex., em relação a concursos públicos, regulamentos, licenciamentos, etc.) nestes sectores de actividade. Do mesmo modo, as indústrias do Petróleo/Gás e Mineira obtêm piores classificações, ou seja 2º e 3º lugar, respectivamente (o que significa que são mais propensas do que outras a influenciar as regras subjacentes do jogo através de pagamentos particulares a autoridades públicas). Para informações mais completas, consulte: http://www.transparency.org/news_room/in_focus/2008/bpi_2008
- 3. Consulte: <http://www.eiti.org/>